

## AMBIENTE

# Governo apresenta nova proposta ao código, mas debate não avança

*Ministério quer manter índices, mas permite que porcentuais dependam de bacia hidrográfica*

SÔNIA CRISTINA SILVA

**B**RASÍLIA – O Ministério do Meio Ambiente apresentou ontem uma proposta intermediária para o Código Florestal durante a segunda reunião da comissão que tenta elaborar um texto consensual sobre o assunto. Mas o debate não avançou e foi transferido para terça-feira. O encontro teve de ser suspenso depois de um exaltado bate-boca envolvendo parlamentar da bancada ruralista e ambientalista.

Coube ao secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, levar a proposta para debate. Segundo ele, o governo quer manter os índices de reserva legal previstos na medida provisória sobre o Código Florestal, de 80% na Amazônia, de 35% no cerrado amazônico e de 20% no resto do País. Mas o ministério admite que com o Zoneamento Ecológico-Econômico esses porcentuais sejam contabilizados por bacia hidrográfica e não por cada propriedade isoladamente. Uma propriedade, então, poderia ser mais desmatada do que outra, mas os que tivessem possibilidade maior de exploração teriam de compensar aquele proprietário obrigado a manter um porcentual maior de proteção.

“Seria criado um mecanismo de compensação para valorar o recurso florestal da propriedade que vai ter maior restrição de uso”, explicou Carvalho. O ZEE passaria ser feito com base na bacia hidrográfica. “Seria a unidade de planejamento para decidir a política de uso da terra.” Representante do setor produtivo, a deputada Kátia

Abreu (PFL-TO) concorda que a bacia seja usada como base para o ZEE e com a idéia de que os índices devem ser contabilizados no conjunto do bioma. Mas, para ela, onde houver área pública, unidade de preservação ou indígena, devem ser computadas para obtenção dos porcentuais de reserva legal.

O representante do Fórum das ONGs na comissão, André Lima, do Instituto Sócio-Ambiental, disse que é preciso levar em conta a responsabilidade das propriedades na obtenção dos índices de preservação. A confusão começou quando Lima falava que a sociedade não iria aceitar uma lei que permitisse o desmatamento de 100% das propriedades na Amazônia. Irritado, o deputado ruralista, Ronaldo Caiado (PFL-GO), disse que ele não poderia falar em nome da sociedade.

**Habitação** – A comissão criada para negociar o Código Florestal passou a ser pressionada por novo lobby. A Frente Parlamentar da Habitação quer que os planos diretores municipais e não o código determinem as áreas de proteção permanente (APP) nas

idades. Coordenador da frente, o deputado Ricardo Izar diz que uma regra geral vai engessar as cidades, inviabilizando projetos e construções existentes. Para ambientalistas, no entanto, as regras contidas no código devem ser respeitadas para evitar danos a nascentes ou encostas de morros.

O atual Código Florestal considera área de proteção permanente florestas e demais formas de vegetação situadas a 30 metros ao longo de rios e cursos d'água com menos de 10 metros de largura. “Mas o código também não pode engessar as cidades”, argumenta Izar, que admite estar sendo cobrado por prefeitos preocupados com os rumos da negociação.

**N**OVO  
LOBBY  
PRESSIONA  
COMISSÃO